

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE RESENDE



286

Resende, 02 de setembro de 1982

LEI N° 1.310, de 02 de setembro de 1982

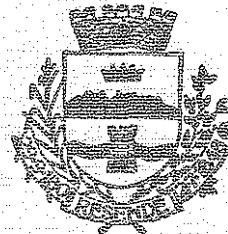
ESTABELECE NORMAS PARA O PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE QUE É TITULAR O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE, APROVOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Os créditos tributários de que é titular a Prefeitura Municipal de Resende, constituídos ou confessados espontaneamente pelo sujeito passivo, cujos vencimentos tenham ocorrido até 30 de junho de 1982, poderão ser pagos nas seguintes condições alternativas:

- I - com dispensa integral de juros e multas de qualquer espécie, bem como de 50% (cinquenta por cento) da correção monetária, desde que o pagamento do principal com o saldo da atualização seja feito até o dia 11 de outubro de 1982;
- II - com dispensa integral de juros e multas de qualquer espécie, bem como de 25% (vinte e cinco por cento) da correção monetária, desde que o pagamento do principal com o saldo da atualização se realize:
 - a) 1/3 (um terço) até o dia 11 (onze) de outubro de 1982;
 - b) o saldo restante, em até 3 (três) parcelas mensais de igual valor, sem juros ou novas correções, ven-

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE RESENDE



287

LEI Nº 1.310.

Fls. 02

cendo-se cada uma no último dia útil dos meses subsequentes ao referido na alínea anterior;

III - com dispensa integral de juros e multas de qualquer espécie, desde que o pagamento do principal corrigido monetariamente se realize:

a) 1/4 (um quarto) até o dia 11 (onze) de outubro de 1982;

b) o saldo restante, em até 10 (dez) parcelas mensais, sujeitas a correção monetária, sem juros, vencendo-se cada uma no último dia útil dos dez meses subsequentes ao referido na alínea anterior.

Parágrafo único - Quando o crédito já estiver sendo pago parceladamente, os benefícios previstos neste artigo poderão ser usufruídos relativamente ao saldo devedor.

Art. 2º - O gozo dos benefícios previstos nesta lei importa na confissão da dívida e na renúncia irrevergível e irretratável ao direito a impugnação ou recursos na via administrativa ou judicial.

Parágrafo único - Em decorrência desta lei, não haverá devolução ou restituição de quantias pagas, a qualquer título, aos cofres municipais.

Art. 3º - Os benefícios referidos nessa lei serão revogados automaticamente e de pleno direito, sempre que se verificar que o sujeito passivo não preenchia ou deixou de preencher os requisitos necessários para a sua concessão e, especialmente, no caso de impontualidade no pagamento das parcelas mencionadas na alínea "b" dos incisos II e III do art. 1º.



PREFEITURA
MUNICIPAL
DE RESENDE



LEI N° 1.310.

Fls. 03

Art. 4º - Os benefícios previstos nessa lei, serão concedidos mediante requerimento, devidamente preenchido e assinado pelo sujeito passivo, que deverá ser fornecido pela Prefeitura sempre que solicitado.

Art. 5º - Ficam anistiados os débitos oriundos de infrações administrativas, praticadas até 30 de junho de 1982, devendo o cancelamento se operar de ofício.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Resende, em
02 de setembro de 1982.


Valmir dos Santos Rodrigues
Prefeito Municipal

/ Ihp

Praça Municipal, 117 Centro Tel.: 54-3222
CEP 27.500 Resende RJ Brasil